

RUY FABIANO

Ponto de Vista

Fator de desgaste

O líder do Governo na Câmara, deputado Roberto Freire, está preocupado com as repercussões negativas para a imagem do Legislativo — especialmente agora, às vésperas do plebiscito parlamentarista — do ambiente de negociação que se arma em torno da Comissão Mista do Orçamento. Segundo palavras do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães — presidencialista convicto e na oposição ao governo Itamar —, a Comissão “é uma esculhambação total”.

Itamar, como é óbvio, nada tem a ver com aquilo. Mas, como é parlamentarista convicto e ensaiava, em seu mandato, um governo híbrido, em parceria com o Congresso, não está indiferente ao que lá ocorre. Isso, claro, sem contar com o fato de que o que ali se trama atinge diretamente sua administração, que terá que cumprir com as decisões, absurdas ou não, que a Comissão vier a adotar.

As denúncias são de toda ordem. Fala-se em superfaturamento, em destinação de verbas a obras fantasmas ou a obras já concluídas e pagas, além de muito dinheiro para obras de cunho puramente eleitoreiro e sem qualquer caráter remotamente prioritário. Coisas de ruborizar o próprio PC Farias. A Comissão está, desde que se iniciaram os trabalhos, sitiada por batalhões de lobistas e de empreiteiros de todos os matizes. Há até gente correta, mas se trata de minoria — e é nessas horas que a conta das campanhas eleitorais é cobrada implacavelmente.

O senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), relator do projeto de Orçamento, garante que vai passar um pente fino no oceano de emendas produzidas por seus colegas. Tomara. Mas, em que pese sua boa-fé, a tranquilidade prossegue. Afinal, diz o ditado, uma andorinha só não faz verão, especialmente em se tra-

tando de algo tão complexo e traíçoeiro como o projeto de Orçamento. Roberto Freire já avisou a Itamar, via ministro Hargreaves, que pretende entrar de cabeça no assunto. Acha que o Governo, que não é cumplice da “esculhambação”, a que se refere ACM, não deve ficar a reboque das denúncias. Se se trata de um governo semiparlamentarista — ou congressual, como prefere Freire —, um escândalo no âmbito do Congresso não lhe pode ser indiferente. Se nada fizer, acabará pegando uma carona no desgaste da Comissão.

Freire condena também os que, a partir de episódios como esse, buscam extrair argumentos para condenar o parlamentarismo e apresentá-lo ao público como algo intrinsecamente espúrio. Ele acha que muito pelo contrário. Lembra que, ao tempo da ditadura militar, quando o Congresso não tinha poderes para interferir no Orçamento — cabia-lhe apenas aprovar-lo ou rejeitá-lo *in totum* — os mesmos lobbies de empreiteiras e quejandos atuavam a partir dos mesmos métodos e intenções. “A diferença”, diz ele, “é que ninguém ficava sabendo de nada e tudo tinha a aparência de normal e ético, mesmo não sendo”. E ainda: “Hoje, restaurada a democracia, não há como evitar a transparência: tudo acaba vindo à tona, graças principalmente ao Congresso”.

O mesmo princípio, diz ele, se aplica à questão do preenchimento de cargos públicos nos escalões superiores da administração. Todos criticam como se tal disputa decorresse do regime democrático ou da maior influência exercida pelo Congresso. Essa disputa sempre houve, só que dela não se tinha notícia. A vantagem hoje é que ela acontece às claras e pode ter, a partir daí, suas distorções corrigidas.